



Santa Casa
de Misericórdia
Anápolis

Fundação de Assistência Social de Anápolis
CNPJ: 01.038.751/0001-60

**Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de
dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores da
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS - FASA
Anápolis - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis abaixo referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos, aprovadas pela resolução nº 1.409/12 a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que descreve sobre os principais índices operacionais e financeiros em 31 de dezembro de 2023 da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA. Podemos ressaltar que conforme descrito nesta Nota Explicativa 3, o índice de liquidez geral é de 0,41 em 2023 (0,47 em 2022) e o índice de liquidez corrente de 0,41 em 2023 (0,29 em 2022), indicando possíveis dificuldades em obrigações de curto e médio prazo da empresa, além de apresentar um déficit de suas operações de R\$ 19.286.633 (R\$ 8.427.060 em 31 de dezembro de 2022). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Os planos da administração da Entidade, incluem dentre outras, a necessidade de suporte financeiro de terceiros, sendo através de repasse público ou doações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 05 de abril de 2024.

JOAO GABRIEL FERREIRA BARBOSA:330 20753830
Assinado de forma digital por JOAO GABRIEL FERREIRA BARBOSA:33020753830
Dados: 2024.04.05 10:44:38 -03'00'
João Gabriel Ferreira Barbosa
CRC1SP 328796/O-5

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
 CNPJ 01.038.751/0001-60
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023		31/12/2022	
	N.E		N.E	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.791		3.623
Contas a receber	5	3.062		2.227
Estoques		860		860
Adiantamentos ativos		415		130
Despesas Antecipadas		6		1
Outros créditos	6	2.703		2.619
Total ativo circulante		13.837		9.460
Ativo não circulante				
Ativo Imobilizado	7	38.272		38.543
Total ativo não circulante		38.272		38.543
Total do ativo		52.109		48.002
Passível e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	8	5.840		6.936
Empréstimos e financiamentos	9	4.089		6.234
Obrigações trabalhistas e sociais	10	10.593		11.663
Tributos a pagar	12	280		446
Adiantamento de clientes		318		129
Outras contas a pagar	11	12.706		6.896
Total passivo circulante		33.826		32.304
Passivo não circulante				
Tributos a pagar	12	26.455		1.251
Provisão para contingências	13	26.027		31.600
Outras contas a pagar	11	1.717		2.345
Empréstimos e financiamentos	9	39.925		37.459
Total passivo não circulante		94.124		72.655
Patrimônio líquido				
Patrimônio social		(8.427)		(76.443)
Ajustes de Exercícios Anteriores		2.133		1.730
Ajuste de Avaliação Patrimonial		26.183		26.183
Déficit do exercício		(19.287)		(8.427)
Total Patrimônio Líquido	14	(75.841)		(56.957)
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.109		48.002

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

WELLINGTON DE JESUS
 CARVALHO:9955025310
 Assinado de forma digital por
 WELLINGTON DE JESUS
 CARVALHO:99550253104
 Dados: 2024.04.29 15:59:35 -03'00'

MARINEZ ARANTES
 DA
 SILVA:43034454104
 Assinado de forma digital por
 MARINEZ ARANTES DA
 SILVA:43034454104
 Dados: 2024.04.30 08:50:55
 -03'00'

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	N.E	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	15	86.178	70.936
Custos	16	(59.954)	(54.108)
Superávit bruto		26.224	16.828
Despesas com Pessoal	17	(9.388)	(3.929)
Despesas gerais e administrativas	18	(12.396)	(9.154)
Outras receitas (despesas), líquidas		(18.305)	(5.257)
(Despesas)/ Receitas operacionais		(40.089)	(18.340)
Resultado antes do resultado financeiro		(13.865)	(1.512)
Despesas financeiras		(29.942)	(7.164)
Receitas financeiras		24.520	249
Resultado financeiro líquido	19	(5.422)	(6.915)
Superávit (Déficit) do exercício		(19.287)	(8.427)

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

WELLINGTON
DE JESUS
CARVALHO:9
9550253104

Assinado de forma digital
por WELLINGTON DE
JESUS
CARVALHO:99550253104
Dados: 2024.04.29
16:00:51 -03'00'

MARINEZ ARANTES
DA
SILVA:43034454104

Assinado de forma digital
por MARINEZ ARANTES DA
SILVA:43034454104
Dados: 2024.04.30 08:51:28
-03'00'

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Superávit (Déficit) do exercício	<u>(19.287)</u>	<u>(8.427)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(19.287)</u></u>	<u><u>(8.427)</u></u>

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

WELLINGTON DE JESUS
CARVALHO:99550253104
0253104

Assinado de forma digital por WELLINGTON DE JESUS
CARVALHO:99550253104
Dados: 2024.04.29 16:01:41 -03'00'

MARINEZ ARANTES DA SILVA:43034454104
04

Assinado de forma digital por MARINEZ ARANTES DA SILVA:43034454104
Dados: 2024.04.30 08:51:47 -03'00'

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(69.289)	26.183	(5.296)	(48.402)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(8.427)	(8.427)
Superávit/ Déficit acumulado	(7.154)	-	7.154	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(129)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(76.443)	26.183	(6.698)	(56.957)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(19.287)	(19.287)
Superávit/ Déficit acumulado	(8.427)	-	8.427	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	404	404
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(84.870)	26.183	(17.154)	(75.841)

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

WELLINGTON DE JESUS CARVALHO:99550253104
Assinado de forma digital por WELLINGTON DE JESUS CARVALHO:99550253104
Dados: 2024.04.29 16:02:37 -03'00'

MARINEZ ARANTES DA SILVA:43034454104
Assinado de forma digital por MARINEZ ARANTES DA SILVA:43034454104
Dados: 2024.04.30 08:52:05 -03'00'

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/ (Déficit) do exercício	(19.287)	(8.428)
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	865	1.430
	<u>(18.422)</u>	<u>(6.998)</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos operacionais de:		
Contas a receber	(835)	4.176
Estoques	-	(59)
Adiantamentos ativos	(285)	(102)
Despesas Antecipadas	(5)	-
Outros créditos	(84)	21
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais de:		
Fornecedores	(1.096)	2.867
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.070)	(2.913)
Tributos a pagar	(166)	211
Adiantamento de clientes	189	108
Outras contas a pagar	5.810	319
Tributos a pagar	25.204	(23.647)
Provisão para contingências	(5.573)	30.214
Outras contas a pagar	(628)	(684)
Empréstimos e financiamentos	(2.148)	(2.876)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>19.313</u>	<u>7.635</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(835)	(956)
Baixa de ativo imobilizado	241	740
Aquisição de intangível	-	-
Baixa de ativo intangível	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(593)</u>	<u>(216)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	2.466	(468)
Ajuste anteriores	404	337
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>2.870</u>	<u>(131)</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>3.168</u>	<u>291</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.623	3.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.791	3.623
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>3.168</u>	<u>291</u>

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Fundação de Assistência Social de Anápolis é uma entidade hospitalar, filantrópica e de assistência social, fundada em 19/07/1946, de constituição civil, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 134 – Bairro Jundiáí em Anápolis – Goiás. Possui Título de Utilidade Pública e o CEBAS conforme Portaria nº 812/17, mantenedora do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, localizado no mesmo endereço da entidade.

São finalidades estatutárias, conforme art.3º e 4º:

Art.3º

I – Criação, desenvolvimento e manutenção de assistência à saúde e a assistência social as pessoas necessitadas, especialmente a crianças, adolescência, maternidade e a velhice, sem distinção de cor, raça e religião, visando sempre a preservação da saúde e da vida;

II – Organizar festividades, visitas públicas, estabelecendo melhor contato social entre o povo, a FASA e seus beneficiados;

III – Colaborar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento da harmonia social e do respeito às leis e amor as instituições;

IV- Manter entendimentos com entidades congêneres, entendimentos para maior e melhor assistência à pobreza desvalida;

V – Estimular a promoção social, moral, cultural e econômica dos assistidos;

VI – Desempenhar outras finalidades que lhe forem designadas pelo Conselho Curador.

Art.4º- *A FASA visa com suas atividades, a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, Ambulatório Frei Rosário Vieira e outras unidades e extensões que venham a ser criadas.*

Inicialmente, em 2005, foi firmado um contrato de gestão plena entre a Fundação de Assistência Social de Anápolis e o Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde, sendo, no ano de 2010, renovado através do contrato 001/2010, no sentido da continuidade na administração do Hospital Estadual de Urgência de Anápolis Dr. Henrique Santillo – HUANA, também localizado na cidade de Anápolis - GO, com objetivo de promover ações assistenciais voltadas à saúde da população local e também dos circunvizinhos. Cabe ainda ressaltar que a entidade não recebe qualquer tipo de remuneração pelo contrato de gestão, pois todo recurso recebido é investido integralmente no custeio do referido hospital.

Em 17 de novembro de 2019, houve o processo de transição entre a FASA e a FUNEV para transferir a gestão da unidade do HUANA de acordo com o Chamamento Público nº 01/2019 e TAC nº 2019 0013 3843. Neste sentido, a FASA tem a responsabilidade e o compromisso de honrar suas obrigações até a baixa do CNPJ, com recursos advindos da SES/GO.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão nº 001/2010/SES-GO, por força do entendimento da essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos e nas orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

2.1.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

2.1.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012.

2.2.1. Apuração do déficit / superávit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são basicamente oriundas de subvenções, convênios e doações, as quais são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e tributos.

As despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado, limitado sempre ao valor dos contratos.

2.2.1.1 Redução ao valor recuperável (“IMPAIRMENT”)

Os ativos da companhia podem sofrer uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

2.2.1.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade constituiu provisão para contingentes passivos de ações cíveis e tributária, tendo por base relatórios dos assessores jurídicos internos e externos, os quais foram apresentados com classificação de riscos provável, e interpretados e reconhecidos como suficientes para cobertura de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais quando transitado em julgado.

2.2.1.3 Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, em títulos, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo.

2.2.1.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação da Fundação (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

2.2.1.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos Imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação calculada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os ativos imobilizados com restrição são bens adquiridos por Convênios com recebimento de recursos através do Fundo Nacional de Saúde. Conforme a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos (R2), NBC TG 07, os bens são controlados em grupos específicos cuja receita será reconhecida no resultado de acordo com que os bens forem depreciados durante o exercício.

Depreciação/Amortização

As cotas de depreciação no exercício 2023 foram calculadas individualmente, bem a bem, pelo sistema de controle patrimonial, observando percentuais com taxas de depreciações diferenciadas, em face da nova vida útil dos bens definidas de acordo com as características de cada bem.

2.2.1.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, posteriormente, demonstrados pelo custo a amortizar. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na DRE – Demonstração de Resultado do Exercício, durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

2.2.1.8 Patrimônio social

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

2.2.1.9 Isenção tributária

A Fundação de Assistência Social é uma entidade sem fins lucrativos, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição Federal, artigo 150, VI, "c" e Código Tributário Nacional, artigos 9º, IV, "c"; artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

3. Continuidade operacional

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez da entidade, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Liquidez geral:

Demonstra a "viabilidade" de médio e longo prazo dos pagamentos de compromissos já assumidos. O índice mínimo é 1. Abaixo de 1, indica problemas de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2023	31/12/2022
LG	$\frac{AC + ANC}{PC + PNC}$	0,41	0,47

Liquidez corrente:

Evidencia a capacidade de pagamento de curto prazo. Um índice inferior a 1 indica problemas prementes de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2023	31/12/2022
LC	$\frac{AC}{PC}$	0,41	0,29

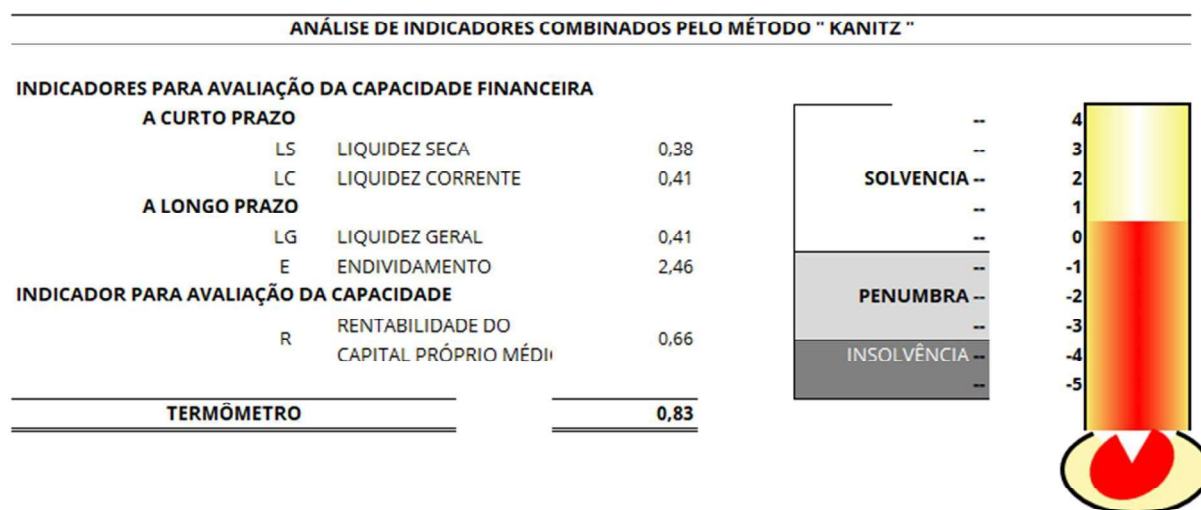
EBTDA R\$

Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Muito embora, o EBITDA também seja chamado ou apresentado como Fluxo de Caixa Operacional (Operational Cash Flow) o mesmo leva em conta apenas o desempenho operacional da empresa e não reflete o impacto no resultado, dos itens extraordinários, das despesas com investimentos e das mudanças havidas no capital de giro.

Ref.	Fórmula	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA	$\text{EBITDA} = \text{Lucro Operacional} + \text{Juros} + \text{Impostos} + \text{Depreciação}$	(13.865.025)	(1.512.286)

ANÁLISE DE INDICADORES COMBINADOS PELO MÉTODO "KANITZ"

Os valores positivos indicam que a empresa está em uma situação boa ou "solvente", se for menor do que -3 a empresa se encontra em uma situação ruim ou "insolvente" e que poderá levá-la à falência. O intervalo intermediário, de 0 a -3, chamada de "penumbra" representa uma área em que o fator de insolvência não é suficiente para analisar o estado da empresa, mas inspira cuidados.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	116	4
Banco Conta Movimento	770	1.669
Aplicações Financeiras	5.905	1.950
Total	6.791	3.623

Estão registrados nessa rubrica numerários em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Os rendimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Contas bancárias que possuem alguma restrição ou vinculação que requer controle segregado dos demais recursos em contas específicas, normalmente tem como origem convênios ou repasses por órgãos e entidades públicas.

Todos os recursos recebidos em razão do contrato de gestão são alocados em conta corrente, que foi criada especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Entretanto, a Entidade é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos às restrições e/ou vinculações por parte do contratante.

5. Créditos a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos C/ Pacientes Sus	2.017	951
Planos de Saúde (a)	378	698
Contratos e Convênios	394	453
Créditos C/ Pacientes Particulares	273	125
Subvenções Governamentais	4.236	4.236
(-) Perdas De Subvenções	(4.236)	(4.236)
Total	<u>3.062</u>	<u>2.227</u>

Os créditos são provenientes de serviços hospitalares da FASA - Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, convênios e subvenções a receber

6. Outros créditos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos Judiciais	191	101
Outros Valores A Recuperar	25	30
Bloqueios Bancários	1	1
Huana- Hosp. De Urg. Dr. Henrique Santillo	2.485	2.485
Acordo cível	-	2
Total	<u>2.703</u>	<u>2.619</u>

Esses outros créditos se referem a Depósitos Judiciais e Outros valores a recuperarem, bem como a FASA através do Ofício 413/19, assumiu uma dívida tributária referente a unidade HUANA.

7. Imobilizado

a) Composição de saldo

	Taxa de Deprec. A.A	Custo	Deprec. Acumulada	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado sem restrição					
Terrenos		23.286	-	23.286	23.206
Edificações E Instalações	4%	12.054	(2.809)	9.245	9.551
Equipamentos Med	10%	5.015	(3.340)	1.675	1.805
Máquinas E Equipamentos	10%	1.184	(787)	397	538
Moveis E Utensílios	10%	710	(421)	289	286
Veículos	20%	49	(40)	9	30
Equipamentos De informática	20%	567	(217)	350	267
Moveis E Utensílios-Nossa Senh. Car	10%	53	-	53	53
Equipamentos De Telecomunicações	10%	18	(7)	11	-
Máq. Equipamentos- Nossa Senhora Do	10%	3	-	3	3
Imobilizado Com Restrição					
Equip. Médico Hospitalar	10%	6.179	(4.314)	1.864	1.853
Máquinas E Equipamentos	10%	539	(335)	203	9
Moveis E Utensílios	10%	367	(291)	76	133
Veículos	20%	102	(54)	49	49

a) Composição de saldo

	Taxa de Deprec. A.A	Custo	Deprec. Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado sem restrição					
Equip. Informática	20%	-	-	-	-
Equip. Med. Hospitalar- Na. Senhora Do C	10%	630	-	630	630
Moveis E Utensílios- Nossa Senhora Do Ca	10%	130	-	130	130
Total		50.887	(12.615)	38.272	38.543

b) Movimentação ativo imobilizado

	31/12/2022	Adições	Baixas (c)	Depreciação	Transf.	31/12/2023
Imobilizado sem restrição						
Terrenos	23.206	80	-	-	-	23.286
Edificações e Instalações	9.551	134	-	(440)	-	9.245
Equipamentos Med	1.805	0	(200)	71	-	1.675
Máquinas E Equipamentos	538	(116)	-	(25)	-	397
Moveis e Utensílios	286	0	(28)	30	-	289
Veículos	30	-	-	(21)	-	9
Equip. de informática	267	156	-	(74)	-	350
Moveis e Utensílios-Nª Senh. Carmo	53	-	-	-	-	53
Equip. De Telecomunicações	-	-	-	11	-	11
Máq. Equip. Nossa Senhora Do	3	-	-	-	-	3
Total sem restrição	35.740	254	(228)	(447)	-	35.319
Imobilizado com restrição						
Equip. Médico Hospitalar	1.853	-	-	(325)	-	1.528
Máquinas E Equipamentos	9	336	-	(50)	-	296
Moveis e Utensílios	133	244	(13)	(43)	-	320
Veículos	49	0	-	-	-	49
Equip. Informática	-	-	-	-	-	-
Equip. Med. Hosp.- Nª Sra Do C	630	-	-	-	-	630
Moveis e Utensílios- Nª Sra. Do Ca	130	-	-	-	-	130
Total com restrição	2.803	580	(13)	(417)	-	2.953
Total	38.543	835	(241)	(865)	-	38.272

- a) As adições efetuadas pela Sociedade referem-se a compra e doações de ativos operacionais.
- b) Para cálculo da depreciação foi considerado a taxa fiscal disponibilizada pela Receita Federal do Brasil.
- c) Bens baixados no período, devido sua utilização já ter exaurido a vida útil e/ou, desmobilizados.

8. Fornecedores

a) Composição do saldo

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores Bens de Consumo	4.568	5.118
Fornecedores de Serviço	1.272	1.818
Total	<u>5.840</u>	<u>6.936</u>

b) Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A Vencer	2.122	341
Entre 1 a 30 dias	390	1.379
Entre 31 e 60 dias	187	1.003
Entre 61 e 90 dias	190	514
Entre 91 e 180 dias	557	558
Entre 181 dias e 360 dias	405	1.521
Acima de 360 dias	1.988	1.620
Total	<u>5.840</u>	<u>6.936</u>

A rubrica do contas a pagar de fornecedores são obrigações oriundas de aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período inferior há 12 meses.

Essas obrigações se referem a materiais e serviços foram decorrentes de aquisição de medicamentos e materiais de consumo, bem como a contratação de prestadores de serviços para executar atividades operacionais e administrativas.

9. Empréstimos e Financiamentos

a) Composição do saldo

<i>Circulante</i>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CEF - Plataforma corporativa	7.727	15.453
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(4.621)	(9.469)
Empréstimos - Contratos Mútuo	250	250
CEF – Empréstimos 13º salário	1.000	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(267)	-
Total	<u>4.089</u>	<u>6.234</u>

a) Composição do saldo

<i>Não Circulante</i>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CEF -Plataforma corporativa	48.291	48.291
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(11.432)	(11.432)

a) Composição do saldo

<i>Não Circulante</i>	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos - Contratos Mútuo	600	600
CEF – Empréstimos 13º salário	3.363	-
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer	(896)	-
Total	39.925	37.459

Conforme Cédula de Crédito Bancário Nº 08.2512.610.0000014-21-CEF foram repactuados os contratos de empréstimos anteriores, sendo recalculadas as parcelas com taxa efetiva mensal de 0,87% a.m. no prazo total de 120 meses, sendo 6 meses de carência com pagamento mensal de encargos financeiros e 114 meses de amortização com pagamento de prestações mensais do principal e encargos financeiros com sistema de utilização da amortização Tabela Price.

10. Obrigações trabalhistas e sociais

As obrigações detalhadas referem-se ao líquido da folha de pagamento relativo ao mês de dezembro, a pensão alimentícia e a reclusões trabalhistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Sociais	3.874	4.598
Obrigações Trabalhistas	2.698	4.172
Consignações em Folha de Pagamento	6	6
Parcelamento Obrig. Sociais e Tribut.	532	-
Provisões Trabalhistas	3.483	2.887
Total	10.593	11.663

11. Outras contas a pagar

Refere-se a conta de energia, saneamento e esgoto, aluguel, débitos municipais e dívidas parceladas com a Saneamento de Goiás S.A e a Celg Distribuição, fornecedores, dentre outros.

a) Composição do saldo

<i>Circulante</i>	31/12/2023	31/12/2022
Contas A Pagar	2.093	411
Parc. Previdenciário	3.462	-
Outros Parcelamentos	852	677
Serviços Contratados	193	187
Repasse Médicos A Pagar	3.082	2.701
Repasse Pessoa Jurídica	2.859	2.736
Honorários A Pagar	124	142
Credores	41	41
Total	12.706	6.896

a) Composição do saldo <i>Não Circulante</i>	31/12/2023	31/12/2022
Resp. Por Convênios E Contratos Gestão	44	44
Outros Credores	144	144
Resp. Doações E Subvenções A Depreciar	1.529	2.157
Total	1.717	2.345

12. Tributos a pagar

a) Composição do saldo <i>Circulante</i>	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Fiscais	280	446
Total	280	446

a) Composição do saldo <i>Não Circulante</i>	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos de Obrig. Sociais e Trib.	25.204	-
Outros Parcelamentos	1.251	1.251
Total	26.455	1.251

13. Provisão para Contingências

Conforme informado na nota explicativa "2" subitem "2.2.1.2", a Fundação é responsável pelos passivos contingenciais. Os mesmos não são provisionados quando as perdas forem avaliadas como perdas possíveis ou remotas.

Conforme entendimento dos advogados, sobre as prováveis perdas, referente às reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias que estão sob jus, segue abaixo o valor das estimativas conforme relatório jurídico.

Registram as Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias acumuladas em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2023, estas contingências foram ajustadas em decorrência de reavaliações feitas pela área jurídica levando-se em conta a situação individual de cada uma das demandas, conforme demonstrado no quadro abaixo e respectivos detalhamentos.

Quadro: Provisões de ações conforme estimativa de risco envolvido nas avaliações realizadas pelo departamento jurídico, os valores avaliados como prováveis foram objeto de registro contábil conforme práticas contábeis.

<i>a) Composição de Prováveis</i>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contingência Ações Tributárias	23.423	30.879
Contingência Ações Trabalhistas	1.160	721
Contingência Ações Cíveis	1.444	-
Total	26.027	31.600

	<u>31/12/2022</u>	Adições	Reversão	<u>31/12/2023</u>
Provisões	31.600	(5.573)	-	26.027
Total	31.600	(5.573)	-	26.027

<i>b) Composição de Possíveis</i>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível	8.617	14.353
Trabalhista	399	740
Tributário	-	30.050
Total	9.016	45.143

14. Patrimônio Líquido

O Patrimônio da Entidade é constituído de Bens Móveis, Imóveis e o Superávit/Déficit integralizado ao mesmo, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto no estatuto. Em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio Líquido se encontra descoberto no valor de R\$ 75.841 milhões.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio social	(84.870)	(76.443)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.133	1.730
Ajuste de Avaliação Patrimonial	26.183	26.183
Déficit do exercício	(19.287)	(8.427)
Total	(75.841)	(56.957)

15. Receitas operacionais

As receitas operacionais apresentadas referem-se subvenções governamentais para Custeio, Investimento e Concessão de Subsídios.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Com Restrição		
Subvenções Governamentais	26.803	13.657
Outras Receitas	143	-
Sem Restrição		
Programa Atividade de Saúde	55.398	50.293
Receitas de Doações	701	2.338

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras Receitas	3.134	4.648
Receita Líquida	86.178	70.936

16. Custos

Os custos com programas apresentados referissem a custo com pessoal próprio (remunerações, encargos sociais, dentre outros), além de custos operacionais inerentes atividades prestadas (insumos/ materiais hospitalares, serviços médicos, alimentações, dentre outros).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos com pessoal	(31.514)	(30.298)
Custos com serviços de terceiros - PJ	(18.139)	(13.011)
Custos com materiais hospitalares	(7.270)	(8.238)
Custos demais materiais de consumo	(3.031)	(2.561)
Total	(59.954)	(54.108)

17. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal apresentadas, foram incorridas no período.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas Ordenados e Salários	(8.329)	(2.871)
Despesas FGTS	(289)	(316)
Despesas com Hr. Extras e Gratificações	(155)	(198)
Despesas com Ad. Tempo de Serviço e Noturno	(260)	(315)
Despesas Aviso Prévio	(12)	(23)
Despesas com Vale transporte	(188)	(171)
Acordo Trabalhista	(155)	(35)
Total	(9.388)	(3.929)

18. Despesas gerais e administrativas

Refere-se as despesas administrativas incorridas no período.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas serviços terceiros - PF	(681)	(26)
Despesas Honorários Profissionais	(979)	(835)
Despesas com Energia/ Água/ Telefone e outros	(1.047)	(1.241)
Despesas com Viagens/ Cursos e Treinamento	(25)	(117)
Despesas Gerais	(8.978)	(6.345)
Repasse serviços profissionais	(446)	(402)
Repasse serviços - PJ	(234)	(182)
Assistências Gratuitas	(6)	(5)
Total	(12.396)	(9.154)

19. Resultado financeiro líquida

É o confronto entre receitas financeiras e despesas financeiras, foram incluídos nesse grupo os rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, juros, multas, tarifas bancárias, além de encargos relacionados a empréstimos e financiamentos.

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(51)	(23)
Encargos s/ Financiamento	(5.139)	(5.394)
Despesas c/ Manutenção de Cartão de Crédito	(98)	(92)
Juros e Multas	(24.653)	(1.654)
Total	(29.942)	(7.164)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Receita em Aplicações Financeiras	335	208
Descontos Obtidos	24.184	36
Juros s/ Duplicatas em Atraso a Receber	2	5
Total	24.520	249

20. Os Fins Filantrópicos

De acordo com o que estabelece o Decreto nº 1.970/11, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, no exercício de 2023 a quantidade de atendimentos ao SUS demonstrada no quadro, superou a quantidade mínima de atendimento exigido, que é de 60%. É importante destacar que a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimento estabelecidas na legislação do próprio SUS, e em especial aos procedimentos de maior complexidade buscados pela população.

Internação Anual 2023	Quantidade	%
Número Paciente/ Diário SUS	34.654	82,41%
Número Paciente/ Diário não SUS	7.392	17,59%
Total Internação	42.046	100%

WELLINGTON
DE JESUS
CARVALHO:995
50253104

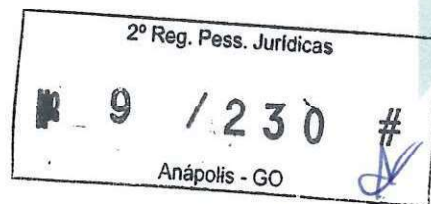
Assinado de forma digital
por WELLINGTON DE
JESUS
CARVALHO:99550253104
Dados: 2024.04.29
16:07:24 -03'00'

MARINEZ ARANTES
DA
SILVA:43034454104

Assinado de forma digital
por MARINEZ ARANTES DA
SILVA:43034454104
Dados: 2024.04.30 08:52:55
-03'00'



Santa Casa
Anápolis



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FASA

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS - FASA, reuniu-se ordinariamente no Centro Administrativo da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis (Sala da FASA), na Av. Visconde de Taunay, 134 – Bairro Jundiáí - Anápolis/GO, no dia 25 de março de 2024, às 14h, de acordo com o Art. 26 - Inciso “III” do Estatuto Civil, com o objetivo de examinar as Demonstrações Contábeis, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados o Relatório/Parecer dos Auditores Independentes e as respectivas Notas Explicativas.

Considerando que as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e que não foram constatadas irregularidades em relação ao atendimento das normas brasileiras de contabilidade.

O Conselho Fiscal resolve opinar de forma favorável, que as mesmas estão em condições de serem submetidas à análise do Conselho Curador.

Anápolis-GO, 25 de março de 2024.

Leonardo Guiotti Filho *Leonardo Guiotti Filho*

Maria Rosângela de Sousa Silva *Maria Rosângela*

Gleisiane Marques Figueiredo *Gleisiane Figueiredo*

Wesley Gomes dos Santos *Wesley Gomes dos Santos*

(62) 3311-9900

diretoria@santacasa.org.br

Av. Visconde de Taunay, nº 134 - Jundiáí, Anápolis - GO

www.santacasa.org